

Cidade Digital espera licença ambiental

Serão investidos R\$ 6 bilhões na instalação de 2 mil empresas

DA REDAÇÃO

A licença ambiental para a construção do Parque Capital Digital deve sair nos primeiros dias de fevereiro. Não demorará muito até que a área do parque seja cercada e as obras de infra-estrutura, licitadas. Com a licença ambiental em mãos, o Banco do Brasil poderá iniciar as obras do Data Center, o pontapé inicial para a ocupação do parque, cuja localização será em área nobre de Brasília, próxima à Granja do Torto.

Ainda neste mês, no dia 31, o projeto de ocupação e forma de administração do Parque Capital Digital será entregue para o governador José Roberto Arruda. Todo o plano para a construção do parque é tema de discussão há mais de um mês do Grupo de Gestão, criado por meio de decreto pelo governador e formado por representantes das Secretarias de Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo e Meio Ambiente, Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra), Terracap, Ibama e universidades.

Antes do dia 31, o Grupo de Gestão se reunirá mais três vezes. A ideia é promover o detalhamento do projeto, considerado o mais importante para o segmento industrial

de Brasília no ano de 2008. O Parque Capital Digital deve receber investimentos de cerca de R\$ 6 bilhões com a instalação de duas mil empresas e a geração de mais de 50 mil postos de trabalho.

No último fim de semana, representantes de todos os setores que participam do Grupo de Gestão estiveram reunidos em oficinas de planejamento. De acordo com o secretário de Ciência e Tecnologia, Izalci Lucas, o objetivo das oficinas não era tomar decisão, mas, sim, ter exemplos de modelos de negócios, competitividade, ocupação de terreno e critérios para instalação de empresas.

— Fizemos dois dias de oficinas, com convidados de outros Estados, para buscarmos mais informações e discutirmos modelos de gestão de parques digitais — afirmou Izalci Lucas. — Depois teremos outras reuniões, quando votaremos o projeto de gestão do parque — completou.

O secretário ressalta que o projeto proposto pelo Grupo de Gestão precisa ainda ser aprovado pelo governador. Izalci Lucas não descarta a possibilidade de que seja necessário fazer ajustes e correções. Quando aceito pelo governador, o próximo passo será publicar oficialmente os critérios exigidos para



IZALCI — A posse dos terrenos deve continuar nas mãos do governo

que as empresas possam se instalar no Parque Capital Digital.

Ocupação do terreno

O Parque Capital Digital tem 123 hectares, onde estão previstos 700 mil metros quadrados de obras. A forma de ocupação da área ainda é tema de discussão e polêmica. São três as principais opções, defendidas por diferentes grupos: venda do terreno por meio de licitação, direito de uso real por 30 anos ou parceria entre público e privado. Para que o espaço de Brasília dedicado à tecnologia seja transformado em realidade, grupos de interesses

diferentes precisam entrar em um consenso.

O secretário de Ciência e Tecnologia defende que a posse dos terrenos continue nas mãos da Terracap. Para ele, os empresários devem receber o direito de uso do lote por um período de 30 anos. A justificativa do secretário é preservar o parque como uma área voltada exclusivamente ao desenvolvimento da tecnologia.

— Se o lote é comercializado, a posse passará para as mãos dos empresários. Depois que o terreno for de propriedade privada, ficará mais difícil ditar regras e impor condições de uso — afirmou o secretário de Ciên-

“ Fizemos dois dias de oficinas, com convidados de outros Estados, para buscarmos mais informações e discutirmos modelos

“ Se o lote é comercializado, a posse passará para as mãos dos empresários. Depois que for de propriedade privada, ficará mais difícil ditar regras

Izalci Lucas
Secretário de Ciência e Tecnologia

cia e Tecnologia.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo entrou nas discussões com opinião diferente. Para o secretário adjunto da Secretaria, Adriano Amaral, o modelo do Parque Capital Digital não pode contemplar apenas uma forma de repasse de terreno. Ele defende que sejam oferecidas quatro ou cinco alternativas de ocupação dos terrenos. A visão defendida pela Fibra é também que devem existir diversas formas de acesso aos terrenos, seja por meio de venda direta, de venda por licitação, por concessão seja por acesso via Pró-DF, com desconto de 90% nas compras do terreno. (F.L.)